

**PATOLOGIA URBANA:  
FAVELIZAÇÃO NO AGLOMERADO URBANO DE FLORIANÓPOLIS**

Maria Teresinha de R. Marcon\*  
Paulo César Pereira\*  
Pedro Paulo Chiminello\*  
Rogério João Laureano\*  
Tânia Maria Fresca\*  
Valéria P. Veras\*

**O Processo de Favelização no AUF**

O Aglomerado Urbano de Florianópolis se insere no contexto espacial da "região" de Florianópolis. É caracterizada pela concentração de serviços e poderes de decisão representativo da condição de capital do Estado.

Os fluxos entre a "região" de Florianópolis e o Aglomerado Urbano são pouco significativos, tendo o aglomerado urbano sobre a região, fraco poder polarizador, exercido, segundo ALMEIDA (1982) muito maior à distância da "região referida, sobre outros espaços litorâneos e interioranos, graças exclusivamente à condição da capital e a concentração de serviços, como um todo"<sup>1</sup>.

Na verdade, em torno do Aglomerado Urbano de Florianópolis, há um quase vazio econômico, onde as lavouras rotineiras e poucas empresas, possuem relações de fluxos econômicos com a ca-

---

\*Alunos do Curso de Mestrado em Geografia da UFSC.

pital. Por isso, a população dessa área tende a aumentar em decorrência das correntes migratórias, quer em função de uma certa estagnação econômica da região, quer em função da atração exercida pela própria capital sobre as populações rurais e urbanas.

O crescimento de Florianópolis é induzido, segundo ALMEIDA (1982) de fora para dentro, e não produto de atividades internas geradoras de riqueza e empregos<sup>2</sup>. No entanto, a partir de Florianópolis, difunde-se o progresso sobre as cidades do aglomerado, de forma seletiva, hierarquizando-as.

A base em que se assenta a economia da cidade está no setor terciário e principalmente nas repartições públicas.

Ao Aglomerado Urbano de Florianópolis corresponde basicamente a expansão urbana que se processa a partir da capital, atingindo apesar das dificuldades, o espaço "regional" mercê de suas funções de centralidade. Porém, a ausência de atividades econômicas significativas inibe a formação de um verdadeiro pólo regional.

As considerações que serão objetos de análise abrange os municípios do Aglomerado Urbano (8 municípios) e sobre as desigualdades sociais, desequilíbrios espaciais, intra-urbanos, a partir de uma cidade de porte médio, situada numa área concebida "falsamente" como área metropolitana.

Procura-se esboçar os desequilíbrios sócio-econômicos e espaciais entre o aglomerado urbano e seu hinterland e a microrregião de Florianópolis, que foi designado erroneamente de Grande Florianópolis.

Assim é que para Almeida (1982) a microrregião de Florianópolis corresponde "a uma arrumação espacial de municípios contíguos ou econômicos comuns e pouco associado economicamente do Aglomerado Urbano integrado pelos oito municípios que funcionam como uma extensão da capital"<sup>3</sup>.

Neste quadro, o processo de crescimento econômico é bastante desigual, reconhecendo-se desequilíbrios entre seus municípios integrantes - desigualdades sociais - produtos do crescimento espontâneo e desordenado da capital.

O aumento da urbanização apresenta-se sempre como resultado de fluxo de migrantes, seja de origem rural, ou urbana.

Se tomarmos os dados estatísticos do Censo de 80, do IBGE, vemos que os migrantes de origem urbana têm participação mais intensa na formação do todo populacional, conforme verificamos na tabela I.

Existem 3 fluxos básicos neste processo de crescimento populacional advindo das correntes migratórias:

- a) de pessoas que vêm preencher cargos públicos administrativos (ELETROSUL);
- b) de estudantes universitários (UFSC e UDESC); e,
- c) o tradicional rural-urbano ou urbano-urbano.

Desses fluxos, os migrantes dos itens "a" e "b" tendem a se fixar, de preferência, na Ilha, os migrantes do item "c", se localizam nos Municípios do AUF. A grosso modo, conforme Almeida (1982), pode-se "estimar que 50% dos migrantes pertencem às classes de baixa renda, engrossando os contingentes da pobreza urbana; 30% situam-se entre os pobres remediados e os 20% formam o segmento da população de classe média"<sup>4</sup>.

### **Estrutura Econômica**

A cidade de Florianópolis continua sendo administrativa, comercial e prestadora de serviços. São José, Palhoça e Biguaçu, continuam em processo acelerado de expansão, em função do crescimento da capital do Estado. Os demais Municípios da AUF permanecem essencialmente agrícolas, com suas redes urbanas funcionando como cidades dormitórios e centros secundários de serviços.

A estrutura operacional no AUF, mostra a predominância dos setores terciário, secundário sobre o primário.

É importante salientar que no AUF, 7,22% da população economicamente ativa (PEA) está no setor primário, 23,08% no secundário e 66,7% no terciário.

O aumento da urbanização apresenta-se sempre como resultado de fluxo de migrantes, seja de origem rural, ou urbana.

Se tomarmos os dados estatísticos do Censo de 80, do IBGE, vemos que os migrantes de origem urbana têm participação mais intensa na formação do todo populacional, conforme verificamos na tabela I.

Existem 3 fluxos básicos neste processo de crescimento populacional advindo das correntes migratórias:

- a) de pessoas que vêm preencher cargos públicos administrativos (ELETROSUL);
- b) de estudantes universitários (UFSC e UDESC); e,
- c) o tradicional rural-urbano ou urbano-urbano.

Desses fluxos, os migrantes dos itens "a" e "b" tendem a se fixar, de preferência, na Ilha, os migrantes do item "c", se localizam nos Municípios do AUF. A grosso modo, conforme Almeida (1982), pode-se "estimar que 50% dos migrantes pertencem às classes de baixa renda, engrossando os contingentes da pobreza urbana; 30% situam-se entre os pobres remediados e os 20% formam o segmento da população de classe média"<sup>4</sup>.

#### Estrutura Econômica

A cidade de Florianópolis continua sendo administrativa, comercial e prestadora de serviços. São José, Palhoça e Biguaçu, continuam em processo acelerado de expansão, em função do crescimento da capital do Estado. Os demais Municípios da AUF permanecem essencialmente agrícolas, com suas redes urbanas funcionando como cidades dormitórios e centros secundários de serviços.

A estrutura operacional no AUF, mostra a predominância dos setores terciário, secundário sobre o primário.

É importante salientar que no AUF, 7,22% da população economicamente ativa (PEA) está no setor primário, 23,08% no secundário e 66,7% no terciário.

Do total do PEA do setor secundário, 55,71% está na construção civil. E do setor terciário, 72,82% está no item serviços.

Florianópolis e São José em 1980 concentravam o maior percentual da PEA total, ou seja, 38,01 e 36,36%, respectivamente, sendo que 56,02% da PEA do setor terciário está concentrada na capital. Em 1980, o setor terciário empregava nesta, 76,13% da PEA total do município. Sendo que 14,14% estavam no comércio, 5,90 nos transportes e comunicações e 28,4% no item Prestação de Serviços, 22,83% nas atividades e 18,03% na Administração Pública e 10,70% em outras atividades do setor.

A população pobre, considerando aquela que recebe até 2 salários mínimos e as sem rendimento, perfaziam no AUF, 210.644 pessoas, ou seja, 75,88%.

Segundo o IPUF, Instituto de Planejamento Urbano de Florianópolis, a gravidade da situação está presente nos números crescentes, conforme os dados abaixo:

1980 - 6.884 famílias tinham renda menor do que 3 salários mínimos, totalizando 83.533 pessoas.

1985 - 19.462 famílias tinham essa mesma renda, totalizando 218.853 habitantes, numa taxa de crescimento de 3,10% ao ano.

### **Características das Áreas Pobres**

O problema da pobreza nas cidades não pode ser visto jamais como manifestação de uma disfunção urbana, pois a própria cidade é resultado de um contexto maior. A preocupação com a população de baixa renda deve, ao mesmo tempo que prioritária, dado a dimensão do fenômeno e o seu valor implícito revestir-se de um caráter realista, buscando-se a melhoria de suas precárias condições dentro das possibilidades existentes a nível de políticas locais.

A ocupação do espaço florianopolitano pela população de baixa renda (com menos de 3 salários mínimos) se faz principal-

mente:

- nas áreas de morros, com altura média de 150 m. povoados até a cota 90, aproximadamente;
- áreas planas da Ilha, periféricas ao centro: antigas zonas rurais que atualmente cumprem a função de núcleos-dormitórios de Florianópolis;
- área continental, ocupada pela expansão de Florianópolis que agrega num só conjunto razoavelmente homogêneo, os núcleos de São José, Palhoça e Biguaçu.

A população pobre dos morros (José Mendes - da Caixa d'Água, Stodieck, Agrônômica, Costeira, Trindade e Saco dos Limões) alcança 22% da população urbana de baixa renda do AUF, sendo que as áreas mais centrais apresentam taxas de densidade em torno de 100 habitantes por hectare<sup>5</sup>.

Este fator, aliado às características do relevo, dificulta a instalação dos equipamentos, cria problemas de saneamento básico e facilita o assentamento desordenado. Parte dessa área manifesta uma tendência natural à expulsão da população devido a sua proximidade às áreas de maior valorização do centro.

As áreas periféricas ao centro, abrigam 10% da população pobre e constituem parte dos bairros de Saco Grande, Itacorubi e Pantanal. São áreas de extensão o bairro Saco Grande (abriga conjuntos habitacionais da COHAB e INOCCOP, devido as vantagens topográficas e de acesso, e o bairro do Itacorubi (que vem se caracterizando com área de expansão dos serviços de atividade governamental).

O agravamento maior neste processo de "favelização" decorre da falta de habitação às faixas de menores rendas. Estudos da Cohab-85, situam este déficit em torno de 10.000 unidades. Acontece que em 1977, já havia dados do IBGE (publicados: O Estado de 23/4/77) que situavam em torno de 14.000 unidades o déficit. Sendo só 6.500 unidades na capital do Estado. Outro dado bastante expressivo foi divulgado no Diário Catarinense de 25/10/86, em que a própria Cohab constata que em 1980 havia no Estado 470.853 domicílios urbanos e em 1985, 521.942, isto é, no

mesmo período foram construídas 51.107 novas unidades residenciais. Neste período constituíram-se 135.657 novas famílias. Considerando que nos anos anteriores não havia déficit habitacional atualmente há uma demanda de 42.563 novos imóveis. Após verificarmos estes dados, percebe-se que os dados da COHAB-85, para o AUF está muito aquém da realidade advinda do crescimento urbano da área.

#### Déficit Habitacional nos Municípios do AUF/1985

MUNICÍPIOS	DÉFICIT HABITACIONAL		
	URBANA	RURAL	TOTAL
Águas Mornas	72	147	219
Antônio Carlos	47	322	369
Biguaçu	183	9	192
Florianópolis	1.320	610	1.930
Governador Celso Ramos	55	55	110
Palhoça	1.404	54	1.458
Santo Amaro da Imperatriz	471	318	789
São José	4.452	191	4.643
<b>TOTAL</b>	<b>8.004</b>	<b>1.706</b>	<b>9.710</b>

FONTE: Departamento de Desenvolvimento Social da COHAB/1985.

As áreas continentais localizam 61% da população pobre do AUF, atraída pelos fatores como o baixo preço da terra, localização de serviços de separação, armazenagem, abastecimento e pequenos estabelecimentos industriais. Verifica-se uma tendência à ocupação em torno da BR-101, na sua parte mais periférica. A densidade dessas áreas varia bastante, apresentando seus maiores níveis no bairro do Estreito e Capoeiras (média de 92 habitantes por ha), sendo que nas demais áreas continentais a densidade é baixa, com uma média de 43 hab/ha.<sup>6</sup>

Tabela I - Participação da população migrante, segundo sua origem nos municípios que formam o "AUF".

MUNICÍPIOS	PARTICIPAÇÃO DOS MIGRANTES		
	A POPULAÇÃO TOTAL		A POPULAÇÃO MIGRANTE
	ORIGEM RURAL	ORIGEM URBANA	ORIGEM URBANA
Águas Mornas	11,16	4,78	29,98
Antônio Carlos	4,00	1,62	28,85
Biguaçu	10,48	16,60	61,28
Florianópolis	9,41	26,32	73,65
Governador Celso Ramos	6,06	7,32	54,68
Palhoça	16,81	25,41	61,09
São José	14,72	41,13	73,48
Santo Amaro da Imperatriz	8,80	4,60	34,34
TOTAL	11,31	27,53	70,35

FONTE: Censo Demográfico de Santa Catarina - IBGE, v. 1, t. 4 m nº 21, 1980.

Características das Áreas de Sub-Habitação no AUF - 1986

ÁREA	FAMÍLIAS	POPULAÇÃO	Nº DE BARRACOS	CARACTERÍSTICAS
Vila Santa Rosa	40	200	40	<ul style="list-style-type: none"> <li>- tem conselho comunitário;</li> <li>- não há canalização de água, esgoto e arruamento;</li> <li>- único registro abastece de água às famílias;</li> <li>- oriundos: planalto catarinense e Rio do Sul.</li> </ul>
Morro do Geraldo	43	215	43	<ul style="list-style-type: none"> <li>- área de 50 mil m<sup>2</sup>;</li> <li>- oriundos de Lages e campo B. do Sul;</li> <li>- no local deverá passar a CC<sub>1</sub>;</li> <li>- com ação de despejo.</li> </ul>
Morro do Horácio	600	2.400	400	<ul style="list-style-type: none"> <li>- barracos de 3 x 5 m;</li> <li>- não há rede de esgoto;</li> <li>- 70% das casas tem luz e água da CASAN;</li> <li>- possuem título de posse;</li> <li>- 800 alunos necessitam de escola de 1º grau;</li> </ul>

- Comissão de Moradores:  
ORIUNDOS: Lages, Caçador,  
Curitibanos.

---

Vila do Rosário	95	495	95	<ul style="list-style-type: none"><li>- verminose crônica;</li><li>- fácil acesso a ônibus;</li><li>- sem abastecimento de água, luz e esgoto.</li></ul>
Baixada da Coloninha	118	590	106	<ul style="list-style-type: none"><li>- 68% tem idade menor que 25 anos e renda abaixo de 2 salários mínimos;</li><li>- surgimento de casas de melhor padrão, podendo transformar-se em classe média, com a expulsão dos de baixa renda.</li></ul>
Monte Cristo (Pasto do Gado)		4.000	500	<ul style="list-style-type: none"><li>- ocupação casas Projeto Sapê;</li><li>- terrenos pequenos sem títulos de terra;</li><li>- ORIUNDOS: do interior do estado e ex-pescadores ilhéus;</li><li>- barracos sem água, esgoto;</li><li>- ocupação irregular.</li></ul>

---

## Procasa

- ruas erodidas;
- falta abrigo de Ônibus, escola, coleta de lixo, esgoto;
- parte E.S. José e parte a Florianópolis.

---

Morro da Caixa	325	1.872		<ul style="list-style-type: none"><li>- 58,5% faixa etária de 0 a 25 anos;</li><li>- um biodigestor atenderá 213 famílias;</li><li>- 48,3% com menos de 2 salários mínimos.</li></ul>
----------------	-----	-------	--	---

---

Via de Acesso DNR	86			<ul style="list-style-type: none"><li>- não há luz, água e esgoto;</li><li>- vivem com menos de 1 salário mínimo;</li><li>- ORIUNDOS: Lages, São José do Cerrito;</li><li>- terras do DNER.</li></ul>
-------------------	----	--	--	---

---

Gafieira do Maneca (Ivo Silveira)	50	200	43	<ul style="list-style-type: none"><li>- 2 hectares</li><li>- barraca de madeira sem chão;</li><li>- sem infraestrutura;</li><li>- 1 salário mínimo;</li><li>- sofreram ação de despejo</li></ul>
--------------------------------------	----	-----	----	--

Morro de Mocotô

1.000

5.000

315

- 3.000 crianças;
  - sem esgoto, água e coleta de lixo;
  - Projeto HORTA/COMCAP;
  - Conselho Comunitário;
  - congrega a servidão Si-queira e Queimada.
-

Outras áreas: Vila São João, Costeira, Morro do Anacleto, Monsenhor Topp, João Boiteux, Morro da Cruz, Mangue do Rio Tavares e Campeche (Aeroporto), Chácara Alfredo F. da Costa e Morro do Flamengo, Palafita da Palhoça, Pegregal (Biguaçu).

O órgão de planejamento, acima citado, está cadastrando as áreas carentes do município, mas faz questão de diferenciar, as áreas faveladas das pobres. "Nas favelas há uma ocupação desordenada do espaço físico, com casas entre 10 e 30 metros quadrados, muito próximas uma das outras e sem terreno desocupado". As regiões pobres se caracterizam "por casas de 40 a 60 metros quadrados e melhores situações de recursos e infraestrutura básica, como saneamento e a existência de escolas, creches e urbanização.

#### Referências Bibliográficas

1. ALMEIDA, Hélio Romito de. O Estado e os desequilíbrios de desenvolvimento regional. Recife/1982, mimeo., p.2.
2. ALMEIDA, Hélio Romito de. Op. cit., p.3.
3. Ibidem., p.9.
4. Ibidem., p.16.
5. Dados do Diagnóstico do AUF (CNPV) - 1982.
6. Dados do Diagnóstico do AUF (CNPV) - 1982.